

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ENSINO
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS NATURAIS**

**LANA DE CÁSSIA FERREIRA
SUELEN COLAÇO LINEIRO**

**DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM QUESTÃO:
DIAGNÓSTICO DO CONHECIMENTO DOS DOCENTES DE ENSINO
FUNDAMENTAL EM PONTA GROSSA**

MONOGRAFIA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PONTA GROSSA
2018**

**LANA DE CÁSSIA FERREIRA
SUELEN COLAÇO LINEIRO**

**DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM QUESTÃO:
DIAGNÓSTICO DO CONHECIMENTO DOS DOCENTES DE ENSINO
FUNDAMENTAL EM PONTA GROSSA**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2, do Curso Superior de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais do Departamento Acadêmico de Ensino – DAENS – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado.

Orientadora: Profa. Dr^a. Lia Maris Orth Ritter Antikeira
Coorientador: Prof. Dr. Danislei Bertoni

PONTA GROSSA

2018

**LANA DE CÁSSIA FERREIRA
SUELEN COLAÇO LINEIRO**

**DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM QUESTÃO:
DIAGNÓSTICO DO CONHECIMENTO DOS DOCENTES DE ENSINO
FUNDAMENTAL EM PONTA GROSSA**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2, do Curso Superior de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais do Departamento Acadêmico de Ensino – DAENS – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado.

Data de Aprovação: Ponta Grossa – PR, 26 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Lia Maris Orth Ritter Antieira, Dr^a.
(Orientadora, Universidade Tecnológica Federal do Paraná)

Danislei Bertoni, Dr.
(Coorientador, Universidade Tecnológica Federal do Paraná)

Katia Piçanço, Dr^a.
(Professora convidada, Universidade Tecnológica Federal do Paraná)

Gilsani Dalzoto, MsC.
(Professora convidada, Secretaria Estadual de Educação)

Dedicamos este trabalho em primeiro lugar a Deus, em segundo a nossa família, amigos e namorados e principalmente a nossos orientadores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos uma a outra por tudo que passamos juntas e que temos orgulho de chegar até aqui juntas. Eu Lana, queria agradecer pela paciência em fazer com que eu entendesse muitas coisas, ao amor e carinho que se dedica a mim, e por abraçar esse tema no qual sempre levei como bandeira e hoje posso dizer que sou grata por tudo, o quanto eu cresci dentro dessa instituição e ao seu lado. Eu Suelen, também gostaria de agradecer muito a minha companheira e amiga, por sempre estar ao meu lado me apoiando, e por me aguentar durante 3 anos e meio, mas sei que sempre vamos poder contar uma com a outra

Agradecemos a Deus pois não seríamos nada sem nossa fé, sem nossa devoção a Santa Rita e Nossa Senhora de Aparecida por terem nos permitido a concluir essa licenciatura que é o nosso sonho.

Agradecemos as nossas famílias, nossa base e fortaleza, que nos acolheram sempre em cada dificuldade que enfrentamos. Agradecemos aos nossos namorados que muitas vezes deixaram suas vidas de lado para vivenciarem esse sonho conosco, nos auxiliando em muitas atividades, deixando passeios, lugares para sair para que pudéssemos concluir mais uma etapa

Agradecemos nossos orientadores, Professora Lia que muitas vezes foi nossa mãe, secou nossas lágrimas e nos segurou na mão dizendo, calma dará tudo certo, paciência, respire e recomeçamos novamente. Não temos palavra para definir o quanto amamos a senhora, o quanto foi fundamental em nossas vidas.

Ao professor Danislei pela inteligência, compreensão e aceitar esse desafio, pois o tema é muito polêmico e seu conhecimento é grandioso para nosso aprendizado.

Agradecemos a Universidade por nos proporcionar 3 anos e meio de aprendizagem, de conhecimento e a todos os funcionários que sempre que foi necessário nos acolheram com muito carinho, desde a limpeza até um documento protocolado, fomos muito bem recebidas.

Por fim agradecemos aos amigos e colegas de curso, não podemos deixar de lado Felipe e Amanda (nosso quarteto fantástico), turma do fundão que levamos em nossos corações, uma amizade que construímos aqui e lavaremos para o resto de nossas vidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 DIVERSIDADE DE GÊNERO E AS SEXUALIDADES	7
2.1 O GÊNERO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL E BASES LEGAIS ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL	7
2.2 GÊNERO E AS SEXUALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR: SUBSÍDIOS LEGAIS PARA A INCLUSÃO	10
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
GLOSSÁRIO	30
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO	36

RESUMO

A diversidade de gênero consiste nas diferentes maneiras de se comportar e de se viver em sociedade levando em conta não somente a questão biológica, mas também a questão social cultural. Sendo assim, abordar essa temática no contexto escolar se torna fundamental, pois diariamente surgem situações e dúvidas que precisam ser discutidas e esclarecidas, por isso professores/as precisam estar preparados para lidar com essas situações, para que haja a inclusão e permanência de alunos/as, de forma que a escola seja um local de igualdade e respeito. Esta pesquisa teve como finalidade traçar as perspectivas de trabalho docente no que se refere ao tema Diversidade de Gênero e Sexualidades no contexto escolar, buscando conhecer a forma que os professores/as do ensino fundamental encaminham o trabalho pedagógico e se consideram os pressupostos legais que orientam o assunto, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o Plano Nacional de Educação (2014) e a Constituição Federal de 1988 com suas atualizações (2016). Foi observado que embora as leis existam e busquem tornar o contexto escolar um lugar de acolhimento e superação de desigualdades, ainda há preconceitos, *bullying* e desconhecimento por parte dos docentes, que tratam a questão como modismo ou até mesmo distúrbio.

Palavras-chave: Incomplacência. LGBT. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

Gender diversity consists of different ways of behaving and living in society, taking into account not only the biological issue, but also the cultural social issue. Therefore, addressing this issue in the school context becomes fundamental, because daily situations and doubts arise that need to be discussed and clarified, so teachers need to be prepared to deal with these situations, so that there is the inclusion and permanence of students / so that the school is a place of equality and respect. The purpose of this research was to outline the perspectives of teaching work regarding the topic of Gender and Sexualities Diversity in the school context, seeking to know the way that primary school teachers refer the pedagogical work and consider the legal assumptions that guide (1998), the National Education Plan (2014), and the Federal Constitution of 1988, with its updates (2016). It was observed that although the laws exist and seek to make the school context a place of reception and overcoming inequalities, there are still prejudices, bullying and ignorance on the part of the teachers, who treat the issue as a fad or even a disturbance.

Key-words: Discomfort. LGBT. School inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade de gênero é definida como as diferentes formas de se comportar e viver, levando em conta não somente a questão biológica, mas também a questão social, onde não existe somente o feminino e o masculino, mas também outras denominações em relação à diversidade dos sexos, à orientação sexual e à identidade de gênero.

Diariamente surgem assuntos relacionados às questões de gênero e sexualidades, seja por implementação de aspectos jurídicos e legais que amparam os direitos da população de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) ou por demonstrações de violência e falta de compreensão por parte da sociedade.

Diante dessa situação, abordar sobre diversidade de gênero e sexualidades se torna fundamental, principalmente no contexto escolar e no ambiente familiar, mas não deixa de ser importante também na sociedade como um todo. A população LGBT já conquistou direitos, mas ainda existem preconceitos, desrespeitos, falta de informação e violências.

Tratando-se do contexto escolar, onde estudantes passam a maior parte do tempo, é importante que haja além do respeito à legislação vigente, o respeito ao ser humano e a inclusão de todos e todas. Para que isso aconteça, é preciso que os professores/as e demais profissionais da educação conheçam sobre o assunto e estejam preparados para lidar com as mais diversas questões que possam surgir no dia a dia.

É no contexto escolar que os/as estudantes passam a maior parte do dia, ao mesmo tempo em que fazem descobertas sobre o próprio corpo, suas escolhas e seu futuro como cidadãos. Muitas vezes nesse mesmo contexto, emergem diversos tipos de preconceitos, práticas discriminatórias e o *bullying*¹. Porém é urgente e necessário que estes comportamentos sejam extintos e que a escola seja um lugar de inclusão e respeito à todos e todas, mediante seus direitos civis e suas escolhas individuais, relacionadas ao gênero e sexualidades.

Por isso é necessário que os docentes estejam cada vez mais preparados e capacitados, conhecedores das questões legais relacionadas ao tema para que

¹ Segundo Pereira, Almeida e Valente (1994) *bullying* significa: “agressividade e violência”. Já segundo Olweus (1994) “um aluno está a ser provocado/vitimado quando ele ou ela está exposto, repetidamente e ao longo do tempo, a ações negativas da parte de uma ou mais pessoas”.

possam lidar com qualquer situação que apareça no contexto escolar, para que haja um ensino mais pluralista e atencioso.

Partindo do problema: “Os professores/as do ensino fundamental, possuem conhecimentos necessários para se trabalhar diversidade de gênero e sexualidades em suas aulas? ”, este trabalho teve como objetivo conhecer a realidade no que tange os conhecimentos e dificuldades de professores/as para trabalhar questões sobre diversidade de gênero e sexualidades em colégios do ensino fundamental da cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná.

Um dos pontos importantes para poder compreender a diversidade de gênero e sexualidades é estudar e entender a construção sócio-histórica e cultural, além das bases legais relacionadas a esse tema, mas para os professores/as o principal é aprender subsídios legais para inclusão do tema no contexto escolar.

Por meio da aplicação de questionários, buscou-se identificar se professores/as possuem conhecimentos necessários sobre essa temática tão atual e importante, mas também diagnosticar as dificuldades e barreiras para trabalhar esse tema em sala de aula para que assim haja um contexto escolar mais livre de preconceitos, e com mais respeito um pelo outro.

Este trabalho está em consonância com o Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais da UTFPR Ponta Grossa, que busca formar docentes com olhar crítico, humanista e solidário sob a demanda da sociedade e que seja capaz de compreender processos complexos, interdisciplinares, e atuar também desta forma, estimulando a criatividade e reflexão em seus alunos/as. Também atende à missão institucional da UTFPR que dentre seus pressupostos visa ser modelo educacional de desenvolvimento social.

Além disso, as pesquisadoras atuam com esta temática no projeto de protagonismo estudantil “Discutindo Gênero na UTFPR”, desenvolvido desde o ano de 2017 sob supervisão da orientadora deste TCC, mediante bolsa fornecida pelo Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE).

O trabalho encontra-se estruturado em forma de um referencial teórico abordando o gênero enquanto construção sócio-histórica e cultural e as bases legais acerca da diversidade sexual, abordando em seguida os subsídios legais para inclusão do tema no ambiente escolar. Em seguida apresentam-se os procedimentos metodológicos, os resultados e discussão e por fim as considerações finais.

2. DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADES

2.1 O GÊNERO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL E BASES LEGAIS ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL

De acordo com Carvalho e Tortato (2009), o termo gênero é usado de modo adjacente à diversos fenômenos, assumindo um significado de classificação. No contexto social é perpetuada culturalmente a ideia de que existe somente a questão biológica (homem/mulher – feminino/masculino), mas esta classificação se torna muito mais complexa, pois existe também a questão de gênero, atrelada à orientação sexual, que se refere a heterossexuais, homossexuais, bissexuais, mulheres e homens trans. e travestis.

Nesse sentido, desde o momento que o ser humano nasce já recebe uma classificação de gênero e aprende que a sociedade está estruturada segundo uma dicotomia: homens e mulheres. É comum que os pais no momento que descobrem o sexo das crianças, criem expectativas e associem a cor azul a meninos e rosa a meninas, isso pode ser visto nos bens de consumo em geral, tendo como exemplo, em brinquedos, enxovais e roupas. Assim, crianças desde o ventre das mães já aprendem e carregam as formas do que é ser um homem e o que é ser uma mulher (CARVALHO; TORTATO, 2009).

Segundo Louro (1997), o argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e se relacionam por meio dessa distinção, acaba recebendo um caráter de argumento final, inquestionável. Corroborando desta ideia Barreto, Araújo e Pereira (2009), afirmam que desde o nascimento o ser humano é educado para conviver em sociedade de maneira distinta, que influencia desde a decoração do quarto da criança, a cor das roupas e objetos pessoais, a escolha de brinquedos até as atividades que realiza.

O conceito de gênero, historicamente, passou a ser usado para diferenciar a dimensão biológica da social, para mostrar que existe o sexo masculino e feminino, mas, no entanto, existem diferentes maneiras culturais de ser homem e de ser mulher. Sendo assim, os gêneros de homens e mulheres são decorrentes da realidade social e não da anatomia de seus corpos (BARRETO, ARAÚJO E PEREIRA, 2009).

Para Barreto, Araújo e Pereira (2009), isso se reforça quando as ciências biológicas buscam maneiras de explicar as diferenças tanto biológicas como psíquicas

entre homens e mulheres e entre o feminino e masculino, pois existem muitas características tanto no corpo como na mente de cada ser humano, fazendo com que ocorra um processo de socialização entre indivíduos de gêneros distintos.

Diferenças de gêneros são interpretadas pelo senso comum como naturais e determinadas pelos corpos, já nas ciências humanas essas diferenças são socialmente construídas, com isso fica claro que não existe um padrão universal de comportamento em relação à diversidade de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou melhor (BARRETO, ARAÚJO E PEREIRA, 2009).

Todos os seres humanos pertencem a sociedades distintas, tempos históricos e contextos culturais diferentes, o que permite que sejam estabelecidos modos específicos de organização e de convivência na sociedade. Sendo assim, esse conceito de gênero que é histórico, cultural e social pode ajudar a determinar e evitar processos que diferenciam o valor entre o masculino e o feminino, gerando desigualdades e fobias relacionadas a orientações sexuais (BARRETO, ARAÚJO E PEREIRA, 2009).

Para Madureira e Branco (2007), homens e mulheres que apresentam identidade sexual não hegemônica são constantemente marcados em diferentes graus pelas fobias relacionadas as orientações sexuais, por uma concepção de heteronormalidade que exclui outras possibilidades de vivência de suas sexualidades.

De acordo com Elian (2013), historicamente foi estabelecido uma norma, que controla as condutas normais da sociedade, aonde a referência é baseada no homem heterossexual, branco, cristão, urbano e de classe média, e quando uma pessoa ou grupo está fora dessas normas normais de conduta, são considerados como “outros”. Já para Louro (2009, p.90), a “heteronormatividade que se define por uma norma compulsória à heterossexualidade, está apoiada na ligação entre sexo, gênero e expressão da sexualidade”.

Carvalho (2009), comenta que no ambiente escolar, existe um currículo heteronormativo, aonde ele acaba reforçando as diferenças e desigualdades de pessoas não consideradas normais, e isso acontece através de escolhas ou não de conteúdos e práticas, que são considerados aceitáveis ou não. Elian (2013), ainda fala que desde pequenos as crianças no ambiente escolar são ensinadas que as mulheres precisam cozinhar e cuidar da casa e os homens saem para trabalhar, os que meninas brincam de boneca e os meninos de carrinho, aonde pouco a pouco são

estabelecidos lugares e categorias para que todos e todas sejam incluídas socialmente, mas infelizmente essa é a forma errada de ensinar as crianças, pois não existe apenas uma forma correta de ser e sim várias formas.

Já a definição de heteronormalidade ou heteronormatividade é definida no Glossário da diversidade realizado pela Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade (2017, p.13), como sendo um:

Sistema que normaliza a heterossexualidade e os comportamentos tradicionalmente ligados a ela, mostrando-os como única opção válida, tornando marginal qualquer forma de relação fora dos padrões/ideais heterossexuais, da monogamia e da conformidade de gênero.

Daí a importância do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016), estabelece a igualdade de todas as pessoas perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, independente da sua cor, raça ou orientação sexual. Mas nem sempre esses direitos reconhecidos são colocados em prática no convívio social, principalmente no contexto escolar.

Além disso, a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015) estabelece garantias legais para todas as pessoas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida. A legislação também garante que:

Art. 1º - Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social aqueles e aquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado. [...]

Art. 6º - Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 7º - Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 8º - A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Art. 9º - Estas orientações se aplicam, também, aos processos de acesso às instituições e sistemas de ensino, tais como concursos, inscrições, entre outros, tanto para as atividades de ensino regular, ofertadas continuamente quanto para atividades eventuais. (BRASIL, 2015).

Há outros documentos que asseguram os direitos da população LGBT como, o Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e a Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual que integra o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT

(BRASIL, 2004), além do Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010) e do Plano Nacional de Políticas para as mulheres (BRASIL, 2013).

Atualmente, na cidade de Ponta Grossa, existe a ONG Grupo Renascer e possui também a Lei Nº 12.180, de 19 de junho de 2015, que criou o Conselho Municipal LGBT (CMLGBT). Tem como finalidade “promover a eficácia das normas vigentes dos Direitos LGBT consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como nas demais leis que versam sobre essa temática, devidamente ratificadas pelo Congresso Nacional Brasileiro” (PONTA GROSSA, 2015).

2.2 GÊNERO E SEXUALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR: SUBSÍDIOS LEGAIS PARA A INCLUSÃO

O contexto escolar é o principal local para ocorrer a inclusão da diversidade de gênero, pois a escola pode contribuir para que a sociedade possa se tornar mais compreensiva e livre de preconceitos, e para que essa inclusão aconteça, existe subsídios legais, como o Plano Nacional de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo Brandão (2002), a educação é essencial e insubstituível. Dentre todas as práticas culturais da vida humana, dificilmente outra será tão insubstituível quanto a educação. É considerado dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

A Lei nº 9394 de 1996 (BRASIL, 1996), que define as diretrizes e bases da educação, tem como princípio do ensino, entre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e o apreço à compreensão, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para Ferreira e Luz (2009, p. 38):

A instituição escolar pode e deve contribuir para uma educação cidadã e libertadora que contemple a dimensão sexual, a diversidade, os direitos humanos e a multiculturalidade. Todavia para que isso ocorra é necessária a implantação de novas práticas pedagógicas.

Assim, se faz necessário o desenvolvimento de projetos e ações no contexto escolar para que ocorra a inclusão e permanência de alunos/as, promovendo a

igualdade entre as pessoas, pois a escola tem o papel de acolher esses sujeitos para que possam se tornar cidadãos e cidadãs mais conscientes.

Segundo Madureira e Branco (2015), trabalhar questões de gênero e sexualidades em sala de aula não é nada fácil para o professor, pois o mesmo não teve esse embasamento em seu curso de licenciatura, não há uma disciplina específica que aborde esse tema. Pelo motivo dos/as professores/as, as vezes não terem o embasamento nos seus cursos ou por outros motivos acabam deixando de lado o tema ou abordam o assunto de uma maneira equivocada e muitas vezes preconceituosa, contribuindo com a construção de estereótipos, pois possuem pouco conhecimento sobre o assunto.

O Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos (BRASIL, 2007), fomenta a necessidade de inclusão no currículo escolar das temáticas relativas ao gênero, identidade de gênero, orientação sexual, dentre outras, bem como discussões sobre todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos docentes abordarem criticamente esses temas.

É importante saber que tanto professores como pessoas que queiram ser educadores sexuais, não podem da noite para o dia, ensinar sobre diversidade de gênero e sexualidades, é preciso que essa pessoa, tenha uma mente aberta, seja imparcial e principalmente é preciso estudar muito o assunto, é preciso realizar cursos, ler livros e pesquisar conteúdos corretos para ensinar diversidade de gênero e sexualidades.

Nesse contexto, culturalmente, há também o medo dos/as professores/as em abordar o tema por conta da incompreensão dos pais e familiares que podem julgar que a escola está fazendo apologia aos movimentos LGBT. Entretanto, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o ensino deve ser ministrado com base em alguns princípios: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar os pensamentos.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) reforça a necessidade de enfrentamento e superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), há sugestão e definição de temas transversais que deverão estar presentes em todos os

componentes curriculares. Um dos temas transversais diz respeito especificamente sobre a orientação sexual e como esta temática deve ser abordada no terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental (atualmente sexto ao nono ano).

Além de todos estes pressupostos, a Constituição Federal (BRASIL, 2016) ampara a construção de uma sociedade livre, justa e solidária onde sejam reduzidas as desigualdades e se promova o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os mesmos Parâmetros, com base no texto constitucional, têm como princípio uma educação comprometida com a cidadania, a igualdade de direitos que se refere à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício da cidadania:

Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada (BRASIL, 1998, p. 21).

A principal dificuldade, no entanto, é que geralmente os cursos de formação inicial de licenciados não inclui discussões sobre diversidade de gênero no ambiente escolar. Nesse tempo, alguns projetos foram criados com o objetivo de propiciar maior embasamento teórico e prático para que os docentes saibam como lidar com tais questões no ambiente escolar.

De acordo com Henriques et al. (2007), no Brasil foram desenvolvidos projetos sobre diversidade de gênero, orientação sexual e homofobia, principalmente pelo Sistema de Educação Continuada à Distância (SECAD) e pelo Ministério da Educação. Um deles foi o projeto “Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual”, realizado entre 2005 e 2006, com objetivo de formar profissionais da educação das redes públicas de ensino para promover a cidadania, o respeito à diversidade sexual, o enfrentamento de fobias relacionadas as orientações sexuais no ambiente escolar e prevenir a violência e a discriminação contra LGBT. Porém, no estado do Paraná, este projeto foi realizado somente nas cidades de Curitiba e Londrina.

Outro projeto desenvolvido foi o “Gênero e Diversidade na Escola” em 2006 e teve como objetivo formar educadores das redes públicas de educação básica nos temas gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, visando provê-los de

ferramentas para refletirem criticamente sobre a prática pedagógica individual e coletiva e combaterem toda forma de discriminação no ambiente escolar. No estado do Paraná, foi realizado somente em Maringá (HENRIQUES et al., 2007).

Há relatos de outras importantes iniciativas no Brasil, porém ainda se faz necessária uma ampla divulgação de conhecimentos sobre o tema a fim de que atendam os pressupostos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de que estas questões sejam trabalhadas no ambiente escolar de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas.

Trazer as discussões sobre diversidade de gênero para o contexto escolar é algo urgente. Daí a importância do preparo dos/as professores/as para discutir o tema e estarem aptos a serem mediadores de conflitos que possam surgir. As relações sociais vividas dentro da família ajudam no desenvolvimento de opiniões, muitas vezes o que os pais acham estar certo, nem sempre está correto, eles se orientam pelas crenças e com isso acabam passando informações equivocadas para os filhos e filhas que as levam para seus ambientes de convívio. Por isso é importante que professores/as desenvolvam projetos e ações relacionados ao tema.

Segundo Abramovay, Castro e Silva (2004), os/as professores/as tem medo de trabalhar diversidade de gênero e diversidade sexual por não terem sido formados para isso, lhes faltam orientações sistemáticas, entre outros conhecimentos. Assim, a escola, que deveria ser um ambiente de inclusão, acaba se tornando um ambiente de exclusão. Muitos alunos/as acabam desistindo de estudar por preconceitos que sofrem e essa realidade pode ser diferente se o docente tiver embasamento teórico em relação ao tema e se dispor a conversar e orientar tanto os/as alunos/as LGBT a não desistirem dos estudos quanto os que ainda demonstram algum tipo de fobia relacionada a orientação sexual.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a educação deve ter o papel de combater a fobias em relação a orientações sexuais dentro da escola e promover a convivência, para que haja a construção de uma sociedade mais justa e equânime, para que os direitos sejam garantidos, indiferente da sua etnia, sexo ou cor.

É importante garantir que isso aconteça, pois muitas vezes o/a aluno/a encontra na escola um refúgio, um abrigo no qual não encontra no mundo, por isso o intuito é que a escola desenvolva mecanismos e esteja preparada para acolher esse/a

aluno/a, uma vez que a própria sociedade o excluiu.

Porém, para Santos e Bruns (2000), infelizmente dentro da escola ainda existe um desconhecimento dessas políticas inclusivas, o que dificulta aos professores/as e gestores escolares a verificarem situações de fobias relacionadas as orientações sexuais no cotidiano escolar.

No contexto escolar, é aonde ocorre a promoção de valores e a construção de uma sociedade mais justa e sem desigualdade, mas para que isso ocorra é necessário que todos os funcionários respeitem as leis e planos, para que todos os alunos/as independentes de sua raça, cor, sexo ou orientação sexual, tenham os mesmos direitos e concluam os estudos, pois os pressupostos legais existem, mais é preciso por elas em pratica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é do tipo exploratória, que segundo Gil (1999, p. 27), “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Ainda de acordo com o tipo de pesquisa exploratória Selltiz et al (1976), afirma que ela tem como objetivo principal, melhorar e descobrir novas ideias, umas das vantagens dessa pesquisa é a flexibilidade que ela proporciona para que haja considerações sobre os mais variados aspectos em relação ao fato estudado, alguns aspectos são os seguintes: “levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que “estimulem a compreensão””.

Em relação as informações, elas foram coletadas por meio de questionários com docentes de colégios públicos e privados do município de Ponta Grossa. Segundo Gil (1999), o questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O questionário elaborado (Apêndice 1) foi dividido em duas partes, sendo a primeira um perfil sociodemográfico dos respondentes (7 questões de múltipla escolha) e a segunda parte as questões relacionadas ao tema Gênero, Sexualidades e Educação (11 questões, sendo 8 de múltipla escolha e 3 questões abertas).

Com esse questionário esperamos conhecer melhor a concepção de professores/as do ensino fundamental II, sobre diversidade de gênero, como por exemplo, o que eles entendem por homossexualidade, a opinião sobre leis relacionadas ao tema, se trabalham esse tema no contexto escolar, entre outros pontos importantes. Mas também conhecer um pouco mais das realidades vividas pelos professores/as, durante suas carreiras, quando trabalham questões relacionadas a Diversidade de Gênero e Sexualidades.

Os dados obtidos foram explorados de maneira quantitativa e qualitativa, apresentados de forma numérica (quantidade de professores/as participantes, a quantidade de professores/as que conhecem/trabalham o tema ou possuem

dificuldades) além de outras características e situações que não foram mensuradas estatisticamente que envolvem as percepções, dúvidas, dificuldades e limitações das práticas pedagógicas relacionada ao assunto.

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa, não utiliza uma representatividade numérica, e sim, examina a compreensão de grupos sociais e organizações. Sendo assim utiliza características que não podem ser numeradas, mais sim características em relação a compreensão e explicação do desenvolvimento de relações sociais.

Na pesquisa qualitativas, existem diversas características, sendo elas:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p.32)

Já a Pesquisa quantitativa para Fonseca (2002), é caracterizada por resultados que podem ser quantificados, muitas vezes as amostras adquiridas são grandes e representa populações, sendo assim os resultados acabam retratando uma realidade correta da população alvo da pesquisa. Para Polit, Becker e Hungler (2004), a pesquisa quantitativa, possui um pensamento mais positivo e lógico, destacando o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Ainda de acordo com Fonseca (2002), ele comenta a importância de utilizar uma pesquisa que junte a qualitativa com a quantitativa, pois essa junção permite colher mais informações do que se utilizasse apenas uma dessas pesquisas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

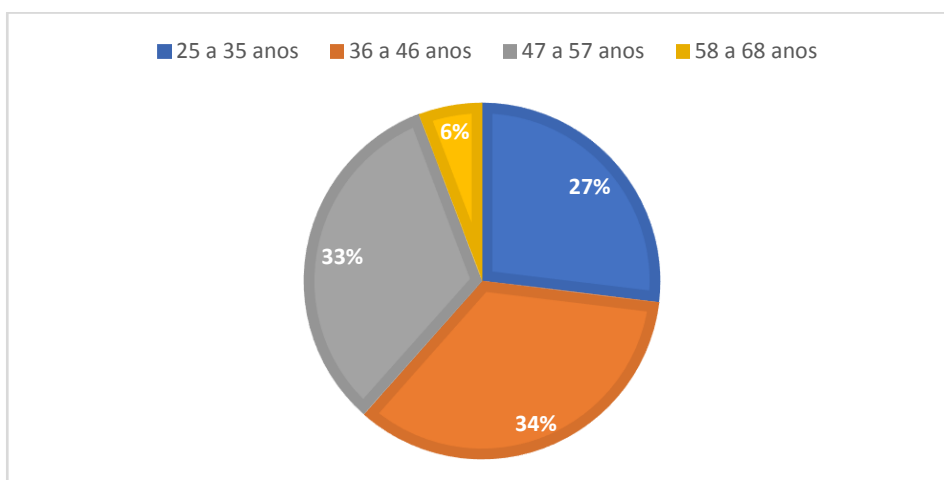
Foram distribuídos 126 questionários em 18 colégios/escolas de Ponta Grossa, sendo 3 da rede particular e 15 da rede estadual. Houve visitas e contato com um número maior de instituições, porém em alguns locais não foi permitido realizar o trabalho gerando o primeiro questionamento negativo, no qual pode estar relacionado ao tema escolhido ou pela intervenção que ocorreu com os professores/as.

Dos 126 questionários, apenas 54 foram respondidos (42,8%), o que pode estar relacionado ao desinteresse dos professores/as em discutir o tema, apresentar suas concepções e compartilhar suas experiências.

Participaram da pesquisa professores/as de Ciências, Biologia, Geografia e História, sendo 11 pessoas do sexo masculino e 43 do sexo feminino com idades variando entre 28 e 64 anos (Gráfico 1).

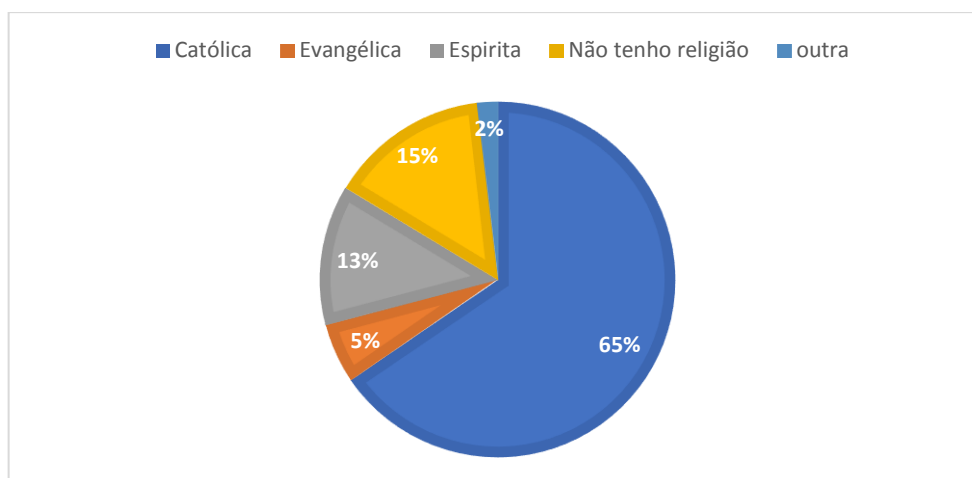
Em relação à disciplina em que os professores/as atuam, nas respostas, houve um equilíbrio de participantes, sendo 20 professores/as de Ciências/Biologia (32%), 20 professores/as de História (43%) e 14 professores/as de Geografia (25%).

Gráfico 1: Faixa etária dos professores/as entrevistados. Dados das autoras.



Dado que a religião é uma grande influência na vida das pessoas, principalmente na questão de diversidade de gênero, buscou-se conhecer o posicionamento dos entrevistados. A maioria definiu-se como católico, mas também foram citadas as religiões evangélica, doutrina espírita, ateísmo e outras, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Religião declarada pelos professores/as entrevistados. Dados das autoras.



Tendo conhecimento do público que participou da pesquisa, foram abordados os temas relacionados ao objeto de investigação (Gênero, Sexualidades e Educação), conforme relata-se a seguir.

Foi possível observar que menos da metade dos professores/as participaram de algum tipo de capacitação sobre o tema, definindo seu conhecimento apenas como advindo da formação profissional na graduação. Dos que relataram ter formação complementar, incluem-se as opções: palestras em semanas pedagógicas, curso de formação continuada, oferecido pela SEED, Semana de Gênero e Sexualidades promovida por instituição de ensino superior e alguns não citaram como ou onde participaram.

Conseguimos perceber, às experiências que os professores/as vivenciaram em sua prática profissional, ao se deparar em sala de aula com questões relacionadas à sexualidades (perguntas, comentários) e qual o encaminhamento dado, destacaram-se os seguintes depoimentos:

Quando percebem a opção sexual do colega vi respeito e naturalidade, não me deparei com ações discriminatórias (Professora A - Ciências/Biologia – 30 anos).

Sim. Houve discriminação a partir de piadas, exige em sala, o respeito e o estudante que realizou a discriminação foi advertido (Professor D - Geografia – 29 anos).

Percebe-se duas situações completamente opostas em momentos distintos, o que reflete que o assunto não é tratado com a naturalidade que poderia ou deveria ser. Por sinal os depoimentos que revelam a presença de discriminação são em número maior:

Sim. É muito comum o *bullying*. Eu me sinto triste e tento explicar que qualquer orientação sexual é normal. E que regras de gênero foram culturalmente ensinadas, e que cada um tem um jeito de se expressar (Professora E - Ciências/Biologia – 32 anos).

Sim, várias vezes, em relação aos alunos, alguns ficaram constrangidos, outros não ligaram e ainda outros riram. Como professor primeiro interfiro para acabar com a situação, após explico que cada um tem a sua sexualidade, tem esse direito e os demais devem respeitar (Professor F - Geografia – 39 anos).

Com relação à postura adotada pelo docente ao se deparar com as situações relacionadas ao tema, ou mesmo ao ser procurado por um aluno/a, obteve-se o seguinte retorno:

Lembro de uma aluna que estava no processo de diálogo com a sua família sobre a sua orientação sexual e as dificuldades que estava enfrentando para a aceitação. Ela viu em mim uma apoiadora, busquei fortalecer a sua estima, mostrar que não havia nada de “errado” com ela. Falei para ela demonstrar para a família que o amor não modificaria e que ela continuaria a ser a mesma pessoa, mas livre e com o apoio da família para ser feliz com quem ela se sentisse bem (Professora C - História – 45 anos).

Outra resposta que chamou atenção foi quando questionado como o docente procedeu ao se deparar com alguma situação em sala de aula ou intervalo, em que um/a aluno/a foi alvo de gozação por parte de colegas por apresentar comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados em relação ao seu sexo:

Quem resolve é a família, não a escola (Professora B – Geografia – 49 anos).

Percebe-se que por desconhecimento, muitos docentes acreditam que não devem se envolver nestas situações, embora ocorram no contexto escolar. Mas é na escola que os alunos/as se revelam, eles se soltam mais devido a liberdade que sentem, por muitas vezes serem repreendidos dentro de casa. Na escola eles podem ser mais soltos e com isso acaba gerando o conflito e preconceitos, situações na qual muitas vezes o professor não sabe como lidar. A família normalmente não entende esse lado do aluno/a, acredita muitas vezes na religião, ou que seja uma fase do aluno/a, por isso muitas vezes a família acaba atrapalhando em vez de ajudar. Na escola muitas vezes o aluno/a quer gritar para ser visto, e é nesse contexto que a muita exposição e xingamentos.

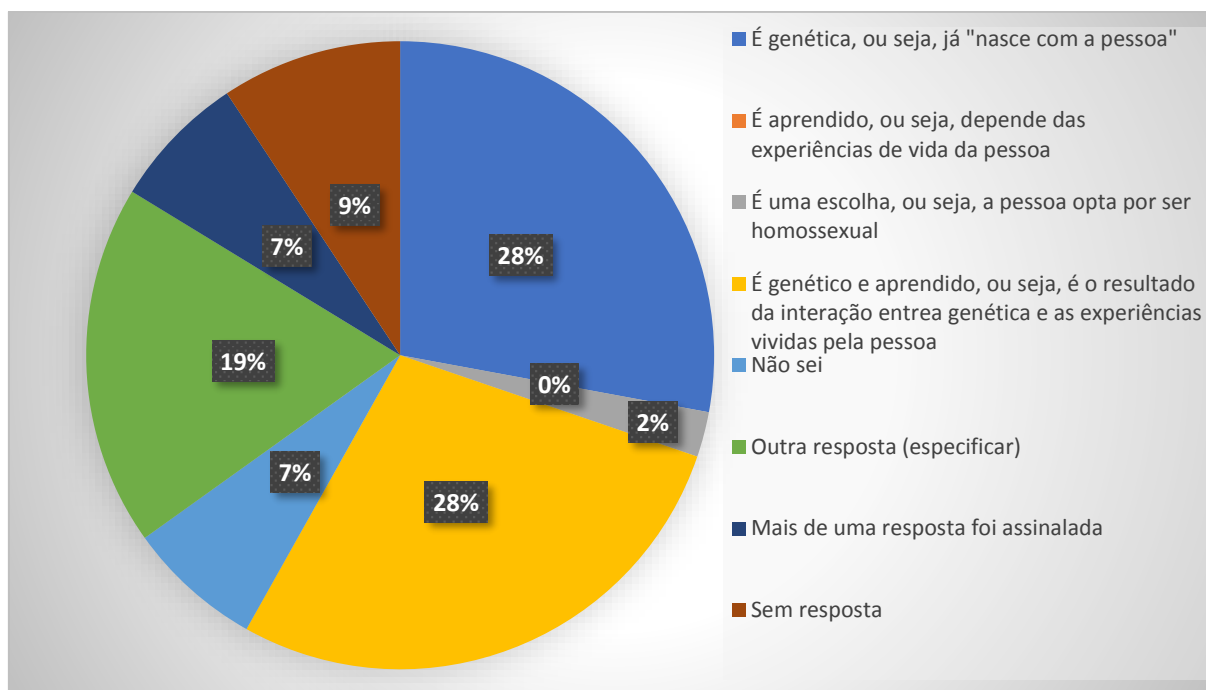
No entanto, a maioria dos professores/as demonstram que sabem como lidar quando se deparam com alguma situação de preconceito ou desrespeito, e isso é muito importante, visto que a escola se torna para alguns alunos/as um lugar de refúgio principalmente quando não encontram respeito para sua orientação sexual, pois acreditam que o meio escolar possa contribuir para o conhecimento e para a valorização de cada pessoa como ser humano da forma que se reconhece.

Na questão que abordava a opinião do entrevistado sobre homossexualidade, houve respostas diversas que podem ser observadas no Gráfico 3.

Na opção “outra”, um dos docentes entrevistados definiu que a homossexualidade “ [...] depende do espírito. Na minha opinião um espírito feminino está presente em um corpo masculino, ou vice-versa. Mas não descarto a possibilidade de modismo”.

Outro entrevistado definiu como “distúrbio sexual”. Esta resposta foi considerada como polêmica, visto que distúrbio define um “defeito, algo que atrapalha, um desajuste ou perturbação” (FERREIRA, 2010).

Gráfico 3: Opinião dos docentes sobre a definição de homossexualidade. Dados das autoras.



Também é importante ressaltar que, desde 1990 a homossexualidade deixou de ser considerada doença mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e é equivocado ser tratada como distúrbio, pois a homossexualidade não é uma doença e sim uma orientação sexual. Outro fato importante é o termo homossexualismo, que não deve mais ser usado pois o sufixo "ismo" é usado para indicar uma patologia, dando a conotação de que homossexuais são portadores de patologias e distúrbios de natureza psíquica.

A expressão "homossexualismo" foi modificada quando pesquisadores provaram que não há teorias que comprovem a origem da homossexualidade, como também não existem provas da origem da heterossexualidade. E se não se pode provar a origem, não se pode provar que há uma prática de cura, então a homossexualidade não pode ser considerada oriunda de distúrbios mentais.

Com relação à questão que buscava o posicionamento dos docentes com relação à aprovação de projetos de lei (federais/estaduais/municipais) para que a questão de gênero não seja abordada nas escolas, a maioria considerou um retrocesso, no entanto alguns posicionamentos demonstraram o contrário:

Não deve ser trabalhado (Professora G – Geografia - 39 anos).

Concordo, gênero não compete a professores, compete sim a família, já temos inúmeros conteúdos transversais que temos que trabalhar, então, deixe a opção sexual para cada indivíduo, pois a família devesse orientar e

buscar profissionais capacitados para auxiliá-los e não nos professores (Professora H – Ciências/Biologia - 30 anos).

Não quero responder, a resposta será longa estou sem tempo (Professora I – Geografia/História - 54 anos)

Está correto, o professor deve se ater às questões do ensino curricular, e não à orientação da sexualidade, isso irá partir da própria pessoa, já chega de conteúdos transversais e leis que nos abrigam a trabalhar assuntos que não competem a nós, se o aluno tiver dúvidas deve procurar o profissional adequado (Professora A – Ciências/Biologia - 30 anos).

Diante dessas respostas é possível perceber a falta de comprometimentos que esses professores/as têm com a temática. Primeiro porque não é uma opção sexual, o indivíduo não escolhe se quer se relacionar com mulheres ou homens. A questão de gênero vai muito mais além disso, o aluno/a que passa por este processo carrega o conflito dentro de si, pois seus sentimentos começam a aflorar e cada um sabe do que gosta sabe como nasceu e que isso é algo que já vem desde do nascimento.

Quanto a não querer responder porque está sem tempo, ou por considerar o tema polêmico, questiona-se como este docente está se relacionando com seus alunos/as, pois existe uma relação entre seres humanos na sala de aula que precisa ir além do tempo e de considerar ou não um fato polêmico.

O docente precisa ter consciência de seu papel de abordar o tema, mas não interferir na escolha de cada um. Falar sobre gênero e saber abordar esses assuntos com alunos/as de uma forma positiva é essencial, bem como esclarecer dúvidas que os alunos/as tenham.

Quando foi perguntado se o professor/a, já tinha se deparado com questões relacionadas a sexo (relações sexuais, gravidez, DST) e/ou orientações sexuais (homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade), obteve-se algumas respostas que merecem destaque:

Alguns perguntando sobre DST e gravidez, e alunas isolando outra aluna LGBT (Professora J - Geografia - 33 anos).

Gravidez na adolescência, mocinha de sétimo ano com 12 anos grávida do pai (Professora L – História - 44 anos)

Orientação sexual e DST (professora M - Geografia - 28 anos).

Já tive estudantes transgêneros (Professor D - Geografia - 29 anos).

O tempo todo, praticamente em todas as séries: principalmente homossexualismo (professora N - Geografia - 47 anos).

Em sala trabalhamos o corpo humano, DST, gravidez na adolescência: a questão de opção sexual não compete ao profissional (professora A – Ciências/Biologia - 30 anos)

Percebe-se que a maior preocupação dos professores/as nessa questão foi relatar sobre a gravidez e as DST, esquecendo do gênero, como se esses assuntos não tivessem interligados. Porém, independentemente da orientação sexual os riscos existem para todos e precisam ser abordados. É preciso pensar na prevenção de doenças e gravidez indesejada, independentemente de qual seja o parceiro ou parceira.

É visível a falta de conhecimento desses professores/as, ninguém pede para que cada professor seja responsável pela orientação de cada aluno/a, e sim que assuma o papel de ajudar no que for possível, como percebe-se no caso que a docente relata que a aluna LGBT é deixada de lado por sua orientação. O dever do professor é acolher todos em sala de aula. Existem leis que orientam os professores/as a trabalhar certos assuntos transversais, percebe-se que o tema orientação sexual vem crescendo a cada dia, não podemos fechar os olhos temos alunos/as em todos os anos escolares, em todas as escolas, não é “modismo”, não é opção, querer sofrer pela sua orientação, e sim aceitação, dignidade e respeito.

Percebe-se o quanto faz falta essa temática ser discutida primeiramente nas formações pedagógicas com esses professores/as para que possam ter uma noção de como abordar esses temas em sala de aula.

Segundo Tozetto (2017), professores(as) possuem um grande desafio ao ensinar, acompanhar e avaliar no ambiente escolar, é preciso que haja um trabalho docente mais consolidado, para que haja uma sociedade mais justa. Para isso é preciso que professores(as) façam cada vez mais leituras e pesquisas de novas realidades, para que cada vez mais o senso comum seja transformado em abordagem científica. Ainda para Tozetto (2017, p.24538), “faz-se necessária uma formação continuada que considere a ação docente em sua amplitude e complexidade e de maneira concreta e continua”.

Para Perrenoud (1993), a expressão formação continuada, é definido como um conjunto de formações vivenciadas pelos(as) professores (as), e essa formação acontece durante a docência. Ainda em relação a definição de formação continuada

Perrenoud (1993, p.200), afirma que:

Atualizar-se, rever conceitos e (re) significar a prática pedagógica para poder responder às demandas sociais fazem parte das propostas de formação continuada. Porém, conhecer as novas teorias, estar ciente dos avanços na Ciência da Educação e poder discutir as tendências pedagógicas atuais, são conhecimentos que irão contribuir não somente na prática pedagógica em sala de aula do professor.

Já para Nóvoa (1995), a formação continuada se torna importante uma vez que os professores(as), passam por situações únicas, aonde é necessário um resposta única, e as vezes a formação inicial não dá conta de resolver essas situações, por isso professores(as), precisam sempre estimular a perspectiva critico-reflexiva e o pensamento autônomo, para que os professores(as), possam enfrentar problemas que venham a surgir durante suas carreiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos autores citados no referencial teórico deste trabalho conceituam de forma geral, as maneiras de compreender e abordar o assunto dentro do contexto escolar. No entanto, as respostas dos questionários levam a inferir que os professores/as ainda estão, pouco preparados, para trabalhar o tema dentro de sala de aula e nos espaços escolares.

Ainda existe uma diversidade de opiniões e valores envolvidos no assunto, que deveria ser pautado por princípios teóricos conhecidos da ciência e também por pressupostos legais. Percebe-se que o tema ainda é permeado por alguns preconceitos, que se acredita estarem ligados à falta de conhecimento. Esta questão é delicada, visto que compete à escola ser um ambiente solidário e justo, com pluralismo de conceitos e ideais, de forma que todos e todas se sintam incluídos.

Nesse sentido, compete aos educadores refletirem sobre o tema e buscarem capacitação constante, pois há disponibilidade de material de fácil acesso que possibilita um estudo mais aprofundado do tema.

Aponta-se aqui também a preocupação com a forma que o tema é trabalhado em algumas escolas, pois houve proibição para se trabalhar o tema em algumas das instituições visitadas e em outras, o retorno dos questionários foi baixo. Além disso, algumas das respostas permitem concluir que pode haver negligência dos professores/as para com o tema, como se o assunto não existisse ou não fizesse parte de sua alçada de atuação.

Como reflexão final deste estudo, fica registrada a necessidade de se conhecer o tema e respeitar a pluralidade de conceitos que ele envolve. Cada professor, independente da disciplina que leciona ou do local em que trabalha, deve colaborar para que o assunto em questão deixe de ser um tabu, na tentativa de combater sempre o preconceito e garantir o respeito a todos e todas enquanto alunos/as, cidadãos e acima de tudo seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2004.

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras (es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> Acesso em 29/11/2017

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: MEC, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 31/10/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 498 páginas, 2016. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/522095>> Acesso em: 31/10/2017

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 31/10/2017

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>> Acesso em: 31/10/2017

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/normativos-2/resolucao-no-12-cncdc_lgbt-16-de-janeiro-de-2015.pdf/view>. Acesso em: 31/10/2017

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - - rev. e atual. - - Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: <<http://www.pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf> > Acesso em: 29/11/2017.

BRASIL. SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 31/10/2017

BRASIL. SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Temas transversais – Orientação sexual**. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>> Acesso em: 31/10/2017

BRASIL. SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Temas transversais**. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 31/10/2017

CARVALHAR, Danielle Lameirinhas. *Relações de gênero no currículo da educação infantil: a produção das identidades de princesas, heróis e sapos*. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CARVALHO, Marília Gomes de; TORTATO, Cíntia de Souza Batista. Gênero: considerações sobre o conceito. In: LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete (orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UFTPR, 2009. p. 21-32.

ELIAN, Isabella Tymburibá. A heteronormatividade no ambiente escolar. Seminário

Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

FERREIRA, Beatriz Maria L. LUZ, Nanci Stancki da. Sexualidades e gênero na escola. LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de. CASAGRANDE, Lindamir Salete (Orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, p. 38-43, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Metodologia de pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas e Pesquisa Social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENRIQUES, Ricardo et al. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos Secad**, Brasília, v. 4, 2007.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: 2012. **Publicação online, sem tiragem impressa**.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, 2015.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. Identidades sexuais não-hegemônicas: processos indenitários e estratégias para lidar com o preconceito. **Psic.: Teor. e Pesq. [online]**, Brasília, v. 23, n. 1, 2007.

NÓVOA, Antonio. (Org.). **Vidas de Professores**. Portugal: Porto, 1995.

OLWEUS, Dan. Bullying at school: basic facts and effects of a school based intervention program. **Journal of child psychology and psychiatry**, v. 35, n. 7, 1994.

PEREIRA, Beatriz; ALMEIDA, A.; VALENTE, Lucília. Projecto “bullying” – análise preliminar das situações de agressão no Ensino Básico. **Comunicação apresentada**, Lisboa, n. 6, 1994.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

POLIT, Denise. F.; BECK, Cheryl Tatano; HUNGLER, Bernadette. P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PONTA GROSSA (PR). Prefeitura Municipal. **Lei nº 12.180, de junho de 2015**. Cria o conselho municipal LGBT – CMLGBT, no âmbito do município de Ponta Grossa, e dá outras providencias. Ponta Grossa: PR, 2015.

SANTOS, Claudiene; BRUNS, Maria Alves de Toledo. A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica. In: **A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica**. 2000.

SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE. Universidade Federal de Santa Catarina. **Glossário da diversidade**. 1. Ed. Santa Catarina: [s.n.], 2017.

SELLTIZ, Claire.; WRIGHTSMANN, Lawrence. S.; COOK, Stuart W. Planejamento de pesquisa: estudos exploratórios e descritivos. In: Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo: EDUSP, 1967.

TOZETTO, Susana Soares. Docência e formação continuada. EDUCERE: XIII Congresso Nacional de Educação (Anais eletrônicos), 2017.

GLOSSÁRIO

B

Bissexual – “pessoa que sente atração sexual por mais de um gênero. A diferença entre a bissexualidade e a homossexualidade é que também pode haver hipótese de atração entre pessoas do sexo oposto” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 10**).

Bissexualidade – “a bissexualidade consiste na atração afetiva por pessoas de ambos os sexos, independentemente do gênero a que correspondem” (**EDUCALINGO, 2018**).

C

Cisgênero – “conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (**JESUS, 2012, p.25**).

D

Discriminação – “segregação, rejeição, distinção” (**SCOTTINI, 1998, p. 162**)

Diversidade – “diferença, o que se compõe de muitos tipos” (**SCOTTINI, 1998, p.164**).

E

Esnobismo – “pretensão de estar sempre na última moda, presunção” (**SCOTTINI, 1998, p.189**)

F

Fobia – “aversão, ódio, não gostar de” (**SCOTTINI, 1998, p.213**)

G

Gay – “palavra inglesa utilizada para designar o indivíduo (homem ou mulher) homossexual. Embora, algumas vezes, gay seja usado para designar homens e mulheres homossexuais e bissexuais, tal uso tem sido constantemente rejeitado por implicar na invisibilidade da lesbianidade e da bissexualidade. Sendo assim, a palavra gay é utilizada no senso comum, para se referir a homens que sentem atração afetivo/sexual por outros homens” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 13**).

Gênero – “classe, espécie, sexo, característica comum” (**SCOTTINI, 1998, p.224**).

H

Heterofobia – ao contrário de homofobia, heterofobia é a aversão, ódio ou sentimento negativos a pessoas heterossexuais.

Heterossexual – “que se refere aos dois sexos; ligação sexual entre seres de sexo diferente” (**SCOTTINI, 1998, p.234**)

Heterossexualidade – “Atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (**EDUCALINGO, 2018**).

Homofobia – “aversão, ódio, atitudes e sentimentos negativos a pessoas homossexuais” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 13**).

Homossexual – “atividades sexuais entre seres do mesmo sexo” (**SCOTTINI, 1998, p.236**)

Homossexualidade – “característica, condição ou qualidade de um ser (humano ou não) que sente atração física, estética e/ou emocional por outro ser do mesmo sexo

ou gênero” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 13**).

I

Identidade – “caracteres próprios de um ser, definição de alguém” (**SCOTTINI, 1998, p.239**).

Identidade sexual – “refere-se à percepção de si mesmo como homem ou mulher, diferentemente da orientação sexual que se refere à atração por um sexo ou outro ou ainda ambos os sexos” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 14**).

Identidade de gênero – “Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero” (**JESUS, 2012, p. 24**).

Igualdade – “equidade, semelhança, similaridade” (**SCOTTINI, 1998, p.240**).

L

Lésbica – “mulher que experimenta amor romântico e/ou atração sexual por outras mulheres” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 15**).

Lesbofobia – “aversão, ódio, atitudes e sentimentos negativos a pessoas lésbicas” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 15**).

LGBT – “acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTTT, incluindo as pessoas transgênero/queer. No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal

também se tem utilizado a sigla LGBTTQI, incluindo pessoas queer e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais)” (JESUS, 2012, p. 30).

M

Modismo – “o que é usual, modo de fazer, falar ou agir; esnobismo” (SCOTTINI, 1998, p.301)

N

Nome social – “Nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero” (JESUS, 2012, p. 30).

O

Orientação sexual – “Atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (JESUS, 2012, p. 26).

P

Panssexualidade – “também denominada como omnissexualidade, polisssexualidade ou trisssexualidade é caracterizada pela atração sexual ou romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero das mesmas. Podem sentir-se atraídas/os por homens, mulheres ou também por pessoas que não se sentem identificadas com o seu gênero incluindo interssexuais, transsexuais e intergêneros” (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 16).

Panssexual – “se diz daquela/e que sente atração sexual por pessoas, independentemente de sua identidade/orientação sexual” (SECRETARIA DE AÇÕES

AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 16).

Preconceito – “ideia errada a respeito de; juízo errado sobre algo” (**SCOTTINI, 1998, p. 364).**

S

Sexo biológico – “classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Ao contrário da crença popular, reiterada em diferentes discursos, a categoria sexo não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo (binarismo ou dimorfismo sexual), mas, isso sim, como um contínuo complexo de características sexuais” (**JESUS, 2012, p. 24).**

Sexualidades – “o conjunto das funções físicas e psíquicas do sexo” (**SCOTTINI, 1998, p. 423)**

T

Transexual – “pessoa que possui uma identidade de gênero oposta ao sexo designado (normalmente no nascimento). Geralmente usa hormônios, mas há exceções. Nem toda pessoa transexual deseja fazer cirurgia para mudança de sexo” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 17).**

Transfobia – “ódio ou intolerância as pessoas transexuais e a diversidade de gênero a partir da crença de que a identidade/expressão sexual de uma pessoa deve corresponder ao seu sexo biológico” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 17).**

Transhomem - “pessoa que possui sexo biológico de mulher, mas se identifica como homem” (**SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 17).**

Transmulher – “pessoa que possui sexo biológico de homem, mas se identifica como

mulher” (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 17).

Transexualidade – “refere-se à condição do indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento. Travesti: identidade histórico-política, construído sócio culturalmente, da pessoa que é designada como sendo do sexo masculino, transiciona do masculino ao feminino e vive 24 horas no gênero feminino. Geralmente usa hormônios e faz modificações no corpo através de intervenções cirúrgicas, não sendo as mesmas uma regra. Em reconhecimento e respeito a esta identidade deve-se sempre dizer a travesti e nunca o travesti” (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE, 2017, p. 17).

Transgênero – “Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 25).

REFERÊNCIAS DO GLOSSÁRIO

EDUCALINGO. Heterossexualidade [on-line].
Disponível < <https://educalingo.com/pt/dic-pt/heterossexualidade> >. Dez 2018

EDUCALINGO. Bissexualidade [on-line].
Disponível < <https://educalingo.com/pt/dic-pt/bissexualidade> >. Dez 2018

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.**

SCOTTINI, Alfredo. Dicionário escolar da língua portuguesa. **Blumenau (SC): TodoLivro, 1998.**

SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE. Universidade Federal de Santa Catarina. **Glossário da diversidade.** 1. Ed. Santa Catarina: [s.n.], 2017.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO

CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Dados Sociodemográficos

1) Sexo: () masculino () feminino () outro: Qual? _____

2) Idade: _____ anos

3) Cidade onde mora? _____

4) Nível de escolaridade?

() ensino médio completo

() superior incompleto

() superior completo. Especificar o curso de graduação:

() Pós-graduação incompleta

() Pós-graduação completa. Especificar o curso de pós-graduação:

5) Religião

() católica

() evangélica

() espírita

() Não tenho religião

() Outra: _____ (especificar)

6) A quanto tempo atua como professor/a, pedagogo/a, ou diretor/a

() Menos de 1 ano

() _____ anos

7) Se professor/a, em qual disciplina atua?

() não

() sim. Qual? _____

Gênero, Sexualidades e Educação

1) Em sua formação profissional, você foi orientado/a sobre como encaminhar questões relativas à diversidade de gênero e sexualidades ?

() não () sim. Em caso positivo, como isto ocorreu? _____

2) Além da sua formação acadêmica, você já fez algum curso de capacitação voltada para profissionais da educação que incluísse a questão de gênero e sexualidades?

() não () sim. Quais? _____

3) Como educador/a, voce se deparou em sala com questões relacionadas a sexo (relações sexuais, gravidez, DST, ...) e/ou orientações sexuais (homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade, ...)?

() não () sim. Dê um exemplo: _____

4) Voce já presenciou alguma situação em sala de aula ou intervalo, em que um/a aluno/a foi alvo de gozação por parte de colegas por apresentar comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados em relação ao seu sexo? Como os demais alunos/as lidaram com essa situação? Como você lidou e como se sentiu nessa situação?

5) Em sua opinião, a homossexualidade:

a) É genética, ou seja, já “nasce com a pessoa”

b) É aprendido, ou seja, depende das experiencias de vida da pessoa

c) É uma escolha, ou seja, a pessoa opta por ser homossexual

d) É genético e aprendido, ou seja, é o resultado da interação entre a genética e as experiencias vividas pela pessoa.

e) Não sei

f) Outra resposta, qual? _____

6) Na escola em que você trabalha existe algum projeto de educação sexual sendo desenvolvido?

() não () sim () não sei

7) Para você, a escola deve realizar um projeto sobre educação sexual?

() não () sim () não sei

8) Você estaria disposto/a a participar de um trabalho como este?

() não () sim () não sei

9) Como professor/a, você já deve ter se deparado, em algum momento, com situações em sala de aula que envolviam questões relacionadas às sexualidades (como, por exemplo, perguntas ou comentarios realizados pelos/as seus/suas alunos/as). Você lembra de alguma situação assim? Como você encaminhou e como se sentiu nessa situação?

10) Você considera importante abordar questões sobre diversidade de gênero nas escolas?

11) Como você considera o fato de projetos de lei (federais/estaduais/municipais) serem aprovados para que a questão de gênero não seja abordada nas escolas?